

**PESQUISA ACADÊMICA, PRODUÇÃO DE IMAGENS E EXTENSÃO  
UNIVERSITÁRIA. NOTAS SOBRE UMA EXPERIÊNCIA REALIZADA NO CAMPUS  
DA UFPB – CAMPINA GRANDE (1977 A 1984)**

***Academic research, image production and college extension.  
Notes on an experiment that took place at the UFPB Campus – Campina  
Grande (1977 to 1984)***

José Roberto Pereira Novaes<sup>1</sup>

Doutor pelo Instituto de Economia da Unicamp, professor aposentado da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Brasil.

E-mail: [roberto.novaes.beto@gmail.com](mailto:roberto.novaes.beto@gmail.com).

**Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 107-137, jul./dez. 2019

ISSN 2447-9837

---

<sup>1</sup> Coordenador do Projeto de Extensão: “Educação através das Imagens” (UFRJ).

### **RESUMO:**

O artigo considera como atividades de *extensão universitária* todo um conjunto de pesquisas que se desdobraram em produção de filmes documentários e de apresentações teatrais, utilizados em atividades de formação, de mobilização para participação em lutas por acesso e permanência na terra e por melhores condições de trabalho assalariado. A ideia é refletir sobre uma experiência do Grupo de Estudos e Assessoria Sindical (Geas), que teve lugar na UFPB, Campus Campina Grande, no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, enquanto uma modalidade de extensão universitária que pode contribuir para ultrapassar as fronteiras que separam o mundo universitário e a sociedade, marcada pela concentração fundiária e pela superexploração da força de trabalho. Sem o objetivo de oferecer um receituário com definições e caminhos a seguir, o artigo enfatiza a importância da produção de vídeos-documentários como expressão de uma modalidade de trabalho de extensão – pautada no paradigma participativo – que conecta estudiosos da área de ciências humanas e ativistas de sindicatos e movimentos sociais.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Extensão. Vídeo documentário. Movimento sociais. Conflito agrário.

### **ABSTRACT:**

This article considers as *college extension* activities a group of research that includes the making of documentary features and theatrical presentations used as development activities, as a calling to participate in the fight for access and land rights and better paid working conditions. The idea is to ponder about a Study Group and Union Consulting (GEAS) experience, that took place at UFPB, Campina Grande Campus, by the end of the 1970's and beginning of the 1980's, as a college extension category that can contribute to cross the limits dissociating the college universe from the surrounding society, marked by land concentration and extreme exploitation of the workforce. The goal is not to offer a set of definitions and paths to follow, the article highlights the importance of video documentaries production as expression of an extension activity category – based on the inclusive paradigm – that connects researchers of Human Sciences as well as union and social movement activists.

### **KEYWORDS:**

Extension. Documentary video. Social movements, Agrarian conflict.



## INTRODUÇÃO

Integrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária continua sendo um considerável desafio na área das ciências humanas. O presente artigo, ancorado em uma experiência de um grupo de professores e alunos da UFPB realizada entre os anos de 1977 e 1984, tem a finalidade de contribuir para a discussão sobre os desafios e as possibilidades da extensão universitária apoiada na produção de conhecimento nas áreas de Economia, Sociologia e Antropologia.

Com esse objetivo, em um primeiro momento será apresentado um rápido painel sobre a expansão da UFPB na segunda metade dos anos de 1970, década de significativas transformações econômicas na cidade e no campo da Paraíba. Em seguida, serão apresentadas quatro situações em que os esforços de disseminação de resultados de pesquisas acadêmicas resultaram em atividades de extensão universitária junto aos grupos sociais atingidos por excludentes dinâmicas de especulação imobiliária, concentração fundiária e exploração da força de trabalho.

Entre as atividades desenvolvidas na ocasião, destacaremos dramatizações teatrais e documentários cinematográficos vistos aqui como meios/linguagens eficazes para disseminar informações qualificadas; para promover o debate público e, por fim, para realizar um tipo de extensão universitária que – pautada em um paradigma participativo – reconheça a importância de conjugar diferentes tipos de fazeres e saberes para promover equidade e efetivar direitos sociais.

## CONFLITOS SOCIAIS NA PARAÍBA: APROXIMAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Como se sabe, no Brasil, nos primeiros anos após o golpe civil-militar de 1964, intervenções em muitas universidades resultaram em afastamento de professores e alunos considerados “subversivos”. Além disso, nos anos seguintes, vários expedientes foram utilizados com o objetivo de diminuir o espírito crítico; de valorizar um tipo de formação técnica voltada exclusivamente para as demandas do mercado de



trabalho e, também, para segmentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em contraposição, na segunda metade dos anos 1970, em um momento de luta pela redemocratização do país, quando anunciava-se o fim do regime militar, renovou-se a discussão sobre o sentido da extensão como um dos meios de aproximação entre universidade e sociedade. Naqueles anos, em várias universidades do país, grupos de pesquisadores – não necessariamente utilizando a designação “extensão universitária” – construíam relações de cooperação com movimentos sociais emergentes que, nas cidades e no campo, resistiam aos processos de exclusão social em curso (cf. MARTINS, 1981 e MACHADO, 1985).

Nessa ocasião, em um processo de expansão implementado pelo então reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, a UFPB recebeu professores doutores vindos de universidades brasileiras e estrangeiras, muitos deles retornando ao país após um período de exílio<sup>1</sup>. Foi nesse contexto que se estruturaram os Programas de Pós-Graduação em Economia e em Sociologia Rural no Campus de Campina Grande, nos quais entraram em pauta os seguintes objetivos: renovar grades curriculares; priorizar temas locais para estudo e pesquisas e, também, valorizar atividades de extensão universitária. O desafio era justamente integrar *ensino, pesquisa e extensão* como dimensões constitutivas da formação acadêmica na graduação e na pós-graduação.

Importante lembrar que naquele mesmo momento a Paraíba passava por um processo de mudanças sociais profundas. Com a criação do Proálcool em 1975, o apoio governamental e os grandes investimentos propiciaram a expansão da agroindústria canvieira. Tal expansão – ocorrida sobretudo no Litoral e no Brejo Paraibano – produziu concentração fundiária e passou a ameaçar a reprodução da pequena produção familiar, produtora de alimentos. Naquele cenário, moradores de grandes propriedades e pequenos proprietários passaram a ser ameaçados de expulsão de suas terras de trabalho (GARCIA JR, 1989).

Simultaneamente, na região sertaneja os grandes latifundiários se apropriaram de recursos públicos para substituir a produção de algodão pela pecuária ou para substituir o algodão mocó pelo algodão herbáceo (em virtude da baixa produtividade

---

<sup>1</sup> Sobre a expansão da Universidade Federal da Paraíba e sobre as repercussões da chegada de “professores de fora” na Universidade e na vida cotidiana na cidade de Campina Grande, ver Potengy (2007).

e dos altos custos de combate às pragas e doenças que danificavam as plantações tradicionais). No Sertão Paraibano, essas novas alternativas de exploração econômica desestruturaram as relações de parceria<sup>2</sup> no interior dos latifúndios e intensificaram a expulsão dos trabalhadores do campo para as cidades.

Assim, no litoral, no brejo e no sertão a terra valorizada favoreceu a especulação, as negociatas e os acessos aos recursos públicos. Esse processo, em nome da “modernização” e do “progresso”, gerou violência, perseguição e mortes de trabalhadores. Em certas áreas, a violência patronal se traduziu em ameaças de sequestro de familiares, incêndios criminosos nas casas e nos roçados, despejos violentos, sem garantias de direitos, e mortes.

Contudo, nesse mesmo cenário, lutas de resistências também ganharam visibilidade. Para fazer face aos conflitos agrários, trabalhadores ameaçados organizaram acampamentos em praças públicas, ocuparam prédios públicos, participaram de caminhadas e romarias. Aglutinados em torno de Comunidades Eclesiais de Base<sup>3</sup> e/ou associados em Sindicatos de Trabalhadores Rurais, aqueles que resistiam à expulsão contavam com o apoio de setores da Igreja Católica, de Comissões de Direitos Humanos e do Centru<sup>4</sup>. Nesse processo, também alunos e professores da UFPB colaboravam como “assessores” do movimento sindical e como “colaboradores” de organismos ligados à Igreja Católica.

Ao falar sobre conflitos de terra na Paraíba, nunca é demais destacar a atuação do setor progressista da Igreja Católica. Inspirados pelas diretrizes do Concílio Vaticano II e dos Encontros de Puebla e Medellín, expressando conceitos da Teologia da Libertação, os bispos D. José Maria Pires e D. Marcelo Carvalheira incentivaram trabalhos de pastorais rurais e urbanas, bem como apoiaram a criação de Comissões de Direitos Humanos e Educação Popular nos seus territórios diocesanos<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> No Sertão Paraibano, a parceria consistia em um contrato – na maioria das vezes informal – entre o proprietário da fazenda e os trabalhadores que se responsabilizavam pela produção de algodão, cujo “pagamento” seria feito com parte da produção.

<sup>3</sup> Sobre a configuração das CEBs, ver Regina Novaes (1997).

<sup>4</sup> O Centru (Centro de Educação e Cultura dos Trabalhadores Rurais), entidade criada em 1979, sob a coordenação do líder rural maranhense Manoel da Conceição – retornado de anos de exílio –, funcionou nos estados da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e do Maranhão com o objetivo de apoiar e organizar as lutas dos trabalhadores do campo.

<sup>5</sup> Em João Pessoa, na Arquidiocese, destacou-se o Centro de Direitos Humanos que contou com pro-

Um exemplo da atuação dos Bispos católicos ficou registrado no Jornal A União (06/01/1980), que trouxe fotos e informou que cinco bispos – entre eles, D. Marcelo, D. José Maria Pires e D. Helder Câmara – “tangeram o gado na fazenda Alagamar”, município de Salgado de São Felix, na Paraíba. Tratava-se de um cenário de intenso conflito pela posse da terra. O fazendeiro havia soltado o gado para destruir a plantação dos moradores. O gesto simbólico dos bispos afastando o gado teve repercussão e certamente contribuiu para a desapropriação da área em 1980, ainda no governo militar. Segundo estudo de Cantalice (1980), mais de 350 famílias foram beneficiadas e puderam permanecer na terra.

Também as resoluções do III Congresso da Contag (Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura), realizado em Brasília, em 1979, tiveram repercussões na Paraíba. Por um lado, tais resoluções recomendaram aos trabalhadores assalariados do campo a substituição das lutas individuais (nas quais um trabalhador aciona seu patrão na justiça) por lutas coletivas, baseadas na Lei n. 4.330<sup>6</sup>. Por outro lado, no caso da luta pela reforma agrária, recomendavam organizar ações coletivas exigindo o cumprimento da legislação vigente, com a desapropriação de terras que não cumpriam sua função social, com base no Estatuto da Terra (1964).

Dessa maneira, tanto a atuação dos bispos e de entidades da Igreja Católica quanto as resoluções do III Congresso da Contag impulsionaram a renovação das direções sindicais, já que atuações conservadoras passaram a ser questionadas. Registraram-se então vitórias de oposições sindicais mais dispostas a enfrentar novos desafios, cujas lideranças, posteriormente, vieram a participar da construção do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR – CUT).

Em resumo, na primeira metade dos anos 1980, na Paraíba as lutas por terra e pelas melhorias nas condições de trabalho se traduziam em demandas pela reforma

---

fessores da UFPB e com o reconhecido trabalho do advogado Vanderley Caixe. Em Guarabira, o Sedup (Serviço de Educação Popular), localizado na Diocese de Guarabira, sob a criativa coordenação da Irmã Valeria Rezende, contou com uma ativa equipe de agentes de Pastorais provenientes de diferentes movimentos de Igreja.

<sup>6</sup> A Lei n. 4.330 era chamada por setores de oposição à direção da Contag de “lei anti-greve” pois exigia que o sindicato cumprisse várias etapas burocráticas: a greve só poderia ser desencadeada depois de esgotadas todas as possibilidades de negociação com a classe patronal; e mantida, se não houvesse acordo, até o julgamento pela justiça. Se a greve continuasse, tornava-se ilegal e o sindicato ficava sujeito a punições.

agrária e por direitos trabalhistas. Contribuindo com esse processo, grupos de pesquisa e extensão ligados à UFPB forneciam informações úteis a) para formular argumentos nas petições levadas à Justiça, a fim de evitar despejos; b) para questionar propostas de acordos muito aquém dos direitos estabelecidos por lei e c) para qualificar os argumentos dos trabalhadores na disputa de versões dos fatos junto à opinião pública.

Assim, um ano após os acontecimentos de Alagamar, um grupo de professores e alunos dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Economia criou o Geas (Grupo de Estudos e Assessoria Sindical). A criação desse grupo, em 1980, foi um dos desdobramentos de um processo de discussão crítica e propositiva sobre uma determinada concepção de extensão universitária. O trabalho do Geas se pautou em duas premissas: a) inserida na área das ciências humanas, a “extensão universitária” deve supor produção e disseminação de informações e conhecimento crítico e b) a extensão universitária ganha mais eficácia quando se realiza de maneira articulada com organizações, movimentos sociais, entidades de apoio e iniciativas da sociedade civil.

Assim sendo, é importante notar que – desde o início – o Grupo se integrou a uma rede pré-existente de pessoas e entidades cujo “trabalho de base” foi essencial para o reconhecimento e a visibilidade das lutas em questão. Nesse sentido, tratava-se de uma relação de troca de saberes e experiências de trabalho entre a Universidade (professores e estudantes) e os diferentes atores envolvidos em movimentos sociais.

Ao mesmo tempo, para demarcar seu lugar específico nessa rede, tratava-se tanto de se dedicar a atividades de produção de informações quanto de buscar meios adequados para fazer circular as informações entre os atores envolvidos nos conflitos. Por esse caminho, as atividades de extensão tomam uma dimensão relevante ao mesmo tempo para a formação acadêmica dos pós-graduandos e para a qualificação do debate público.

Para continuar a refletir sobre o trabalho do Geas, serão apresentadas a seguir quatro situações em que a pesquisa voltada para o conhecimento acadêmico viabilizou experiências de extensão universitária que – incluindo a produção de vídeos documentários e de peças teatrais – favoreceram a ampliação da participação social e alimentaram o debate público.



## **O QUE EU CONTO DO SERTÃO É ISSO: A DEMANDA DE PESQUISA E AS IMAGENS CONTRADITÓRIAS.**

Em 1978, o Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPB de Campina Grande recebeu uma demanda da reitoria da Universidade e da Secretaria de Abastecimento do Estado: realizar uma pesquisa sobre cooperativismo e mudanças na estrutura produtiva da produção de algodão no Sertão da Paraíba.

Essa pesquisa, com financiamento assegurado, se tornou uma oportunidade de aprofundar as relações da academia com os movimentos através da extensão universitária. Tendo como tema “as mudanças nas relações de trabalho no interior dos latifúndios e a migração de trabalhadores do campo para a cidade”, a pesquisa foi realizada seguindo os parâmetros e exigências da produção acadêmica. Após revisão bibliográfica e visitas a campo, os professores envolvidos<sup>7</sup> na pesquisa buscaram encontrar caminhos para que esses resultados chegassem ao debate público e fossem apropriados pelos segmentos sociais excluídos dos benefícios da chamada “modernização” agrícola.

Interessante notar aqui que a localização do Campus da UFPB, em Campina Grande, no bairro de Bodocongó, teve uma particular importância nesse processo. Nesse bairro, nos anos 1970, ao lado da Universidade, destacava-se tanto um condomínio de casas novas - conhecido como “Conjunto dos Professores” - como um outro conjunto de casas de paredes de barro, de construção rústica, que ficou conhecido como “Pedregal” ou “favela do Pedregal”.

Da janela do prédio do Departamento de Economia, podíamos observar um ponto de ônibus e um fluxo de pessoas que saíam do Pedregal no início do dia e para lá voltavam no final do dia. Ao mesmo tempo, bem perto do ponto de ônibus, ficava um bar frequentado por estudantes e professores da Universidade. E foi nesse bar – às vezes também frequentado por violeiros e repentistas – que ficamos sabendo que entre os moradores do Pedregal havia várias famílias que vinham do sertão após

---

<sup>7</sup> Participaram da pesquisa (e, posteriormente, do Geas) os professores: Maria Rita Assunção, Francisco José da Costa Alves, João Otávio Paes de Barros e José Roberto Pereira Novaes. Também no trabalho de extensão se destacou o Prof. Fernando Garcia da Economia. E, no Mestrado de Sociologia, participaram as professoras Gisélia Potengy, Edgar Malagodi e Regina Novaes, bem como as alunas Cristina Zavaris, Neide Miele e Marilda Menezes (que depois tornaram-se professoras universitárias).





perder o acesso à terra para seus roçados.

Assim, contando com a ajuda de estudantes que participavam de Pastorais ligadas à Igreja Católica ou trabalhavam em entidades que assessoravam os movimentos por moradia urbana, começamos a ouvir e a registrar histórias do surgimento da favela e as trajetórias de vida de seus moradores.

A vida em família, o sofrimento, a seca, a fome enfrentada no sertão, as exigências dos donos das terras eram temas constantes de conversação. Assim ficamos sabendo que uma parte dos moradores do Pedregal tinham trabalhado como “parceiros”<sup>8</sup> no interior dos latifúndios, cuidando da plantação de algodão. Muitos se referiam ao conflito que tinham quando o gado do proprietário destruía as roças, quando ficavam endividados e eram expulsos da propriedade, sem direitos e com violência. Vínculos com parentes ou amigos foram importantes para que chegassem ao Pedregal.

Foi nesse contexto que surgiu a ideia de fazer um filme documentário que pudesse ser um instrumento para dar continuidade à pesquisa, para divulgar seus achados e para provocar debates sobre a situação dos trabalhadores. Com o objetivo de prosseguir a pesquisa e de realizar o documentário, entrevistamos trabalhadores, dirigentes sindicais e agentes pastorais tanto na região sertaneja quanto entre moradores do Pedregal. Com essas entrevistas, foi elaborado um relatório de pesquisa, entregue para as entidades financiadoras.

Essa atividade de pesquisa teve desdobramentos no ensino e na extensão. Na dimensão acadêmica seus resultados repercutiram em disciplinas voltadas para a compreensão de dinâmicas socioeconômicas locais e regionais, na ampliação da bibliografia dos cursos, no desenvolvimento de novas pesquisas, na produção de artigos, dissertações<sup>9</sup> e teses, bem como em participações em congressos e seminários.

Por outro lado, o trabalho de extensão contou com a realização do documentário *O que eu conto sobre o sertão é isto*, sobre o qual falaremos a seguir. De início, é importante lembrar as dificuldades tecnológicas para a realização das filmagens.

---

<sup>8</sup> Sobre a relação de parceria no Sertão, ver nota 2.

<sup>9</sup> Ver pesquisas e dissertações de Costa Alves (1978), Assumpção (1979) e Barros (1989). Os autores, na ocasião professores da Pós-Graduação em Economia (UFPB, Campus Campina Grande), faziam parte do Geas.



Na época não estavam disponíveis os equipamentos em VHS, tínhamos que fazer a filmagem em película de 16 mm. Além disso, era complicado encontrar uma câmera e um profissional para operar esse tipo de equipamento.

Por isso mesmo nos aproximamos de José Umbelino Brasil, Braúlio Tavares e Romero de Azevedo, paraibanos envolvidos com a produção cultural local, com cinema e com os movimentos cineclubistas na cidade de Campina Grande. Foram eles que encontraram as soluções para a superação dos problemas técnicos. A partir daí, elaboramos um projeto e conseguimos recursos na própria Universidade. Ao transformar nossa pesquisa acadêmica em um documentário nos equipamos para – através da extensão universitária – fazer a necessária devolução de nosso trabalho aos dirigentes sindicais e trabalhadores da região.

Com nossos parceiros da área de cinema acima citados, fizemos uma revisão dos trabalhos produzidos pelos cineastas paraibanos: ganhamos experiência com a linguagem cinematográfica e, assim, deixamos de pensar as imagens como mera ilustração dos textos acadêmicos. Com eles, aprendemos muito sobre roteiro, argumento e trilha sonora.

Nesse contexto, definiu-se a ideia chave do documentário: de contrapor duas interpretações sobre a mesma realidade. No confronto das narrativas de um grande proprietário de terra, latifundiário, e de um trabalhador sertanejo, foram produzidas imagens e inseridos outros personagens. Os resultados da pesquisa seriam a base para a construção do argumento do filme.

O desafio foi encontrar dois personagens cujas narrativas sintetizassem os argumentos recolhidos nas entrevistas realizadas na pesquisa com trabalhadores, dirigentes sindicais, latifundiários e proprietários de usinas de beneficiamento de algodão. Assim, fomos para as filmagens, em busca dos personagens.

Na cidade de Pombal, Alto Sertão paraibano, encontramos um personagem para expor o pensamento dos latifundiários: o padre Levi se prontificou a colaborar com o projeto da Universidade. Ele era padre, grande proprietário de terra na região e candidato a deputado estadual. Além disso, fazia um programa de rádio e era muito conhecido na região. A primeira entrevista foi realizada em sua casa; ele foi entrevistado numa rede estendida na varanda. Depois, filmamos sua propriedade. O padre



tinha habilidade com as palavras, sua fala era concisa e os argumentos consistentes.

Depois dessas entrevistas, fomos em busca do dirigente sindical para falar sobre os mesmos temas da entrevista do padre fazendeiro. Nesse momento, o apoio de agentes pastorais da Igreja e de dirigentes sindicais foi fundamental para a escolha do personagem/trabalhador. Como foi lembrado, naquele momento, o setor progressista da Igreja Católica estava empenhado em “dar voz a quem não tem voz” e, assim, por indicação do Movimento de Evangelização Rural (MER), chegamos a um sindicalista no município de Cachoeira dos Índios, também na região do Alto Sertão da Paraíba.

Ele aceitou o convite e nos fez uma única exigência: não queria que sua imagem aparecesse no filme por razões óbvias, uma vez que ainda estávamos vivendo sob o regime militar. É a voz dele que aparece no filme, contrapondo-se à narrativa do padre Levi. Finalizadas as filmagens no sertão, a equipe se deslocou de novo para a periferia de Campina Grande, para a favela do Pedregal, no bairro de Bodocongó. Lá entrevistamos uma senhora indicada pelos estudantes que acompanhavam através da Igreja os movimentos por moradia na cidade de Campina Grande.

Expulsa da terra, com toda sua família, essa senhora não fez objeção para dar entrevista. Queria contar sua trajetória de vida, falar sobre seu sofrimento e, nesse contexto, reafirmar que o “sertanejo é um forte”. Sua última frase da entrevista, de quase uma hora, foi: “o que eu conto do Sertão é isso”, a frase que deu nome ao documentário.

O filme foi concluído. Fazer cópias das matrizes em 16mm era inviável por razões técnicas e financeiras. Na verdade, havia apenas três matrizes do documentário. Uma delas foi depositada na cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, onde existia sala climatizada para melhor conservação de filmes em película. A outra cópia foi entregue aos cineclubes de Campina Grande para exibição em circuitos, mostras e festivais de cinema (o que, sem dúvida, contribuiu para, em 1979, o filme ter sido premiado pelo Júri do Festival de Cinema Jornal do Brasil/Shell, realizado no Rio de Janeiro). A terceira matriz ficou na coordenação do Programa de Mestrado em Economia para atender demandas dos movimentos sociais e para exibição nos sindicatos, comunidades e igrejas.



A cada etapa superada, surgiam novas dificuldades a serem enfrentadas. Agora tratava-se de pensar na distribuição e na exibição do documentário para os trabalhadores através dos movimentos sociais. Os problemas operacionais começaram na própria Universidade. Na UFPB, no campus de Campina Grande, existia um único projetor para exibição em 16mm. Geralmente esse projetor apresentava defeito (o principal era a lâmpada queimada). O conserto era demorado, por conta da lentidão do trâmite de solicitação de reparo e pela inexistência do produto no comércio local – a peça de reposição tinha que vir de São Paulo.

Com essa única cópia em película que ficou na pós-graduação realizamos nossas atividades de extensão atendendo a solicitações para exibição nos sindicatos, nas igrejas. Essas requisições eram encaminhadas por telefone ou carta para a Coordenação do Mestrado ou diretamente ao Geas. Geralmente, a exibição era realizada nos sindicatos de trabalhadores rurais, em dia de feira na cidade. A divulgação do dia e local da exibição era realizada com bastante antecedência para convocação dos trabalhadores. Atraídos pelo cinema no Sindicato, os trabalhadores chegavam em grande número.

Na verdade, muitos vinham com a expectativa de assistirem a mais uma sessão de slides sobre difusão de tecnologia na agricultura, patrocinada pelos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), pois eram frequentes essas exposições nos sindicatos. Outros já chegavam intrigados: afinal a convocação não se referia ao sistema produtivo, mas sim ao filme *O que eu conto do sertão é isso*. Mas, de fato, durante a exibição, todos ficavam surpresos ao se depararem com o embate entre o latifundiário (padre) e o trabalhador (sindicalista).

O embate entre opiniões divergentes sobre as condições de trabalho e sobre a expulsão dos trabalhadores do campo para a cidade prendia a atenção. Os trabalhadores não ficavam passivos diante daquele confronto: aplaudiam quando o argumento do sindicalista se contrapunha ao do padre latifundiário, e criticavam as ideias do último. Alguns diziam que nem sabiam que tinham alguns dos direitos enunciados pelo sindicalista.

Depois da sessão, as conversas se prolongavam e se estendiam também para o espaço da feira. Os dirigentes sindicais que organizavam a exibição divulgavam o



conteúdo do filme para sindicatos de outros municípios. Assim, foi crescendo o interesse pela exibição do documentário na região até que a Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba (Fetag-PB) agendou uma exibição do documentário com a presença de dirigentes sindicais de várias regiões do estado.

A partir da projeção na Federação, as solicitações passaram a ser feitas também pelos sindicalistas localizados na região do Brejo Paraibano<sup>10</sup>. Além disso, o documentário foi exibido em atividades de extensão universitária e de outras organizações sociais que atuavam nas periferias de Campina Grande e de outras cidades do estado. Dessa maneira, iniciamos e fomos aprimorando o trabalho de extensão que, alavancado pelo uso das imagens, além de divulgar resultados de pesquisa e provocar reflexão sobre a realidade, também motivou ações de resistência.

### **CAMPO DE BATALHA: IMAGENS SOBRE EXPULSÃO DO CAMPO E DEMANDA POR MORADIA.**

Mais uma vez vale lembrar que, nos anos 1980, Campina Grande, por ser uma cidade polo da região, atraiu grande contingente de migrantes que vinham em busca de oportunidades de emprego. Muitos chegavam com recursos e alugavam casas nos becos, nas periferias; outros iam para “áreas de ocupação” em busca de moradia, questão que se tornou crucial na cidade.

Naquela época, Campina Grande passava por um processo de crescimento com a chegada de novas indústrias, bancos e dinamização do comércio local. Esse novo arranjo propiciou a expansão horizontal da cidade, a transformação das áreas rurais em urbanas, a valorização e a especulação com a terra urbana. As roças de onde os pequenos agricultores retiravam seu sustento, localizadas na periferia da cidade, foram destruídas. As terras foram griladas e os pequenos produtores perderam seus direitos de propriedade e de posse: passaram a ser invasores, sujeitos à

---

<sup>10</sup> Com a evolução tecnológica na área do cinema foi feita uma telecinagem do documentário, ou seja, uma conversão da matriz de 16mm para uma matriz beta. Esta mudança permitiu a reprodução de cópias em DVD, ampliando a capacidade de distribuição e exibição do documentário em VHS. *O que eu conto do Sertão é isso* foi relançado no III Seminário Anual do projeto CAPES/Procard, realizado em 02/06/2004, na Universidade Federal da Paraíba. Esse documentário se encontra disponível no Youtube em: <<https://youtu.be/M2L3iUeWoLA>>. Acesso em: 20 jan. 2020 às 16:40.



desapropriação e à violência do aparato policial nos cumprimentos de reintegração da posse da terra. A violência policial e as arbitrariedades do poder judiciário transformaram vários bairros da cidade em campos de batalha. Por fim, a gravidade da situação atraiu a imprensa local: rádios, jornais e televisão diariamente faziam cobertura destes acontecimentos, muitas vezes culpabilizando “os invasores”.

Como já foi dito, nos anos 1980, Pastorais da Igreja Católica também apoiaram movimentos pela moradia na cidade de Campina Grande. Foi nesse cenário que Paulo Afonso de Brito e José Rodorval Ramalho – estudantes que participavam do Geas e que também participavam de trabalhos desenvolvidos pela Igreja – nos sugeriram a produção de um documentário sobre os efeitos dos processos de expulsão do campo nas periferias da cidade.

Mais uma vez a ideia era tanto exhibir o filme e provocar discussão nas áreas de ocupação quanto dar maior visibilidade social à violência empregada pelo aparato policial nos mandados de reintegração de posse. Diante dessa situação, ampliava-se o papel da pesquisa acadêmica para produzir informações que ajudassem a esclarecer e sensibilizar a opinião pública. Mas o projeto do novo documentário tinha algumas condicionantes que o diferenciavam da produção anterior. Neste caso, tínhamos o acesso às comunidades em conflito através dos estudantes que militavam nos movimentos. Mas não tínhamos recursos para realizar a pesquisa e nem para fazer o documentário.

A Universidade não tinha equipamento e nem verba para apoiar essa proposta. Mas, mesmo nessas condições adversas, voluntariamente iniciamos um mapeamento dos conflitos. E, por outro lado, acionando os mesmos parceiros da área de cinema, conseguimos ter acesso ao material bruto das gravações feitas pela televisão local nas áreas de conflitos que, de maneira geral, eram descartados na edição dos jornais locais. Esse descarte permitia a reutilização da fita pela empresa para a gravação de outras reportagens.

Assim, construímos um banco de imagens sobre as lutas pela moradia na cidade de Campina Grande. Para a realização do documentário com essas imagens, agreamos entrevistas gravadas com moradores. A edição do documentário foi realizada em parceria com a produtora MP2 Produções, do Rio de Janeiro. O documentário,



intitulado *Campo de Batalha* (1982), foi distribuído e exibido nas áreas de conflitos, nas igrejas, na Universidade, sobretudo por meio das atividades dos estudantes que acompanhavam a luta pela moradia.

Enfim, essa segunda experiência do uso da imagem na educação, realizada no âmbito da Pós-Graduação em Economia e Sociologia da UFPB, respondeu a circunstâncias e urgências que motivaram uma pesquisa cuja realização, divulgação e produção de imagens só se fizeram possíveis na medida em que foram acionadas cumplicidades e redes de cooperação externas à universidade.

## **TEATRO NO SINDICATO: JOVENS BOLSISTAS ENCENAM SITUAÇÕES DE CONFLITOS TRABALHISTAS**

As ideias de “devolução dos resultados da pesquisa” e de “troca de saberes” – muito presentes em formulações sobre “pesquisa participante” (BRANDÃO, 1982) – também faziam parte do ideário do Geas. Por isso mesmo, quando, em 1981/82, as diretorias dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Alagoa Grande, Bananeiras e Solânea (cidades localizadas no Brejo Paraibano) demandaram ao Geas um trabalho com os jovens, filhos de trabalhadores filiados ao sindicato, o desafio foi logo aceito.





**Figura 1** - Ensaio da peça de teatro, realizado pelos jovens, bolsistas do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, 1983. Sindicato Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande.

Esses jovens, na época, recebiam uma pequena bolsa para desenvolver atividades no sindicato, na parte administrativa, na convocação e na organização de reuniões ou mesmo para participar dos cursos técnicos que os sindicatos ofereciam. Depois de um período de discussões com as diretorias dos três sindicatos, optou-se por organizar um grupo de teatro e montar uma peça em cada sindicato, que abordasse os problemas trabalhistas na região<sup>11</sup>.

Cada grupo era composto por dez jovens, selecionados pelos diretores de cada sindicato. A primeira atividade consistia em reuniões com o presidente do sindicato para se conhecerem os problemas trabalhistas que ali chegavam. Coube ao gru-

<sup>11</sup> Era época da preparação da campanha salarial dos trabalhadores da cana, ao mesmo tempo que do emprego da violência patronal para gerar medo. Nesse contexto, os trabalhadores que recusavam as propostas de “acordos” feitas pelos patrões procuravam o sindicato em busca dos seus direitos trabalhistas.



po da Universidade realizar uma pesquisa na imprensa sobre as notícias e denúncias trabalhistas que ocorriam naqueles municípios. Tais notícias eram lidas e discutidas pelos jovens, que assim foram tomando consciência da realidade. Os arquivos dos sindicatos foram consultados conjuntamente pelos bolsistas e pesquisadores.

Nas leituras e reuniões, os problemas da região foram mapeados pelos bolsistas para a construção dos argumentos e do roteiro da peça do teatro. Constatou-se a existência de duas usinas de açúcar nas proximidades, e ainda que os seus canaviais se expandiram sobre as áreas da pequena produção (rendeiros e pequenos proprietários) ou mesmo sobre os roçados dos moradores das usinas. Constataram também a concentração da propriedade, seja pela expansão da cana, seja pela expansão da pecuária, estimulada pelos incentivos altamente subsidiados pelo governo.

Os jovens foram percebendo que as mudanças na forma de pagamento do arrendamento da terra prejudicavam os trabalhadores. Nos contratos, ou acordos informais, os trabalhadores tinham que entregar a terra, depois do segundo ano, com o pasto formado para o gado. E a renovação do contrato ou acordo só poderia ser feita se houvesse na propriedade área disponível para a realização do mesmo processo anterior. Pastos formados iam preenchendo, assim, todos os espaços da propriedade.

Esse expediente provocou expulsão dos trabalhadores da terra sempre em condições desfavoráveis: sem pagamento de direitos, mediante acordos lesivos ou mesmo pelo emprego da violência. Muitos foram buscar moradia na periferia das cidades da região. Outros procuravam os sindicatos em busca de seus direitos.

O processo de montagem da peça teatral, que retratava essa situação, durou aproximadamente três meses, com um encontro e ensaio do grupo por semana, geralmente aos sábados. As apresentações foram realizadas nos três sindicatos, para os seus sócios e os grupos de jovens de outras cidades (as organizações patrocinavam o transporte dos jovens para assistirem as apresentações dos outros grupos). Os jovens também foram apresentar seu espetáculo para os dirigentes sindicais em João Pessoa, na sede da Federação de Trabalhadores Rurais da Paraíba (Fetag-PB), em bairros, distritos e sedes de sindicatos das cidades da região.

Nessas ocasiões, muitas vezes, as dramatizações provocaram discussões acaloradas entre dirigentes sindicais (ou mesmo entre pessoas do público) sobre o papel



dos sindicatos em aceitar ou rejeitar acordos propostos pelos donos da terra. Registraram-se também ocasiões nas quais o desempenho dos jovens na representação de situações de conflito foi tão convincente que algumas pessoas entravam nos sindicatos e, não percebendo que se tratava de uma encenação, interferiam argumentando contra ou a favor do que era dito.

Em suas encenações, os jovens incentivavam os trabalhadores a rejeitar acordos lesivos e “botar questão na Justiça”. Uma de suas inspirações vinha do município de Alagoa Grande onde, por meio de ações movidas pelo sindicato, trabalhadores lograram sucesso em muitos processos trabalhistas levados à Justiça. Não por acaso o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande foi se tornando uma referência na luta dos trabalhadores da região (e, conseqüentemente, tornou-se alvo de muita violência patronal, como veremos adiante).

Naquela conjuntura, ao lado de outras iniciativas, as encenações dos jovens também contribuíram para o questionamento de lideranças sindicais acomodadas ou submetidas ao poder patronal, fortalecendo novas lideranças que despontavam sobretudo em regiões de conflito. No decorrer do tempo, em consonância com o avanço das lutas sociais que ocorriam em todo país, novas lideranças populares – geralmente formadas no âmbito das pastorais progressistas – ganharam eleições nos sindicatos de trabalhadores rurais em municípios da zona canavieira da Paraíba (Litoral e Brejo) e substituíram diretorias mais acomodadas.

No cômputo geral, podemos dizer que o trabalho desenvolvido por setores progressistas da Igreja Católica teve importância fundamental na organização de oposições sindicais rurais na Paraíba. A esse trabalho se somou nossa atividade de extensão. Valendo-se da potencialidade da linguagem teatral, essa experiência de extensão universitária se caracterizou por produzir e divulgar informações, bem como por estimular um tipo de reflexão que favoreceu a renovação das diretorias sindicais.

Por fim, cabe salientar ainda que o trabalho com os bolsistas – que incluía também o ensino de procedimentos de pesquisa para os jovens participantes – foi anos depois lembrado por alguns deles que, posteriormente, se envolveram profissionalmente em atividades de pesquisa em entidades da sociedade civil, em espaços eclesiais ou mesmo universitários.



## **ATÉ QUANDO?: IMAGENS PARA AMPLIAR A MOBILIZAÇÃO COLETIVA DE CANAVIEIROS**

O material selecionado nos jornais para o trabalho com os jovens nos sindicatos também trazia informações sobre precarização do trabalho assalariado na cana e sobre o descumprimento dos direitos trabalhistas. Naquele contexto, a mobilização e as greves dos canavieiros em Pernambuco, desde 1979, e dos trabalhadores canavieiros do Rio Grande do Norte (1982) também repercutiam nas notícias que circulavam na Paraíba.

De fato, no início dos anos 1980, já se vivia na Paraíba a expectativa de uma Campanha Trabalhista (baseada na Lei n. 4.330) para a qual os sindicatos já preparavam a pauta de reivindicação a se negociar com os usineiros. Essa preparação era realizada em reuniões com dirigentes sindicais dos municípios localizados no Brejo Paraibano, com apoio de entidades ligadas à Igreja Católica e de professores da UFPB.

Na realidade, desde o final da década de 1970, agentes pastorais e dirigentes sindicais da região do Brejo Paraibano já vinham se envolvendo com questões referentes aos direitos trabalhistas na lavoura de cana de açúcar. Na região, a grande referência era o Sindicato de Alagoa Grande, presidido por Margarida Maria Alves<sup>12</sup>: quando era procurada pelos trabalhadores, a diretoria do sindicato buscava evitar fazer acordos desfavoráveis aos trabalhadores e, quando a classe patronal recusava a pagar integralmente os direitos trabalhistas, encaminhavam-se esses processos para a Justiça.

Nesse cenário, junto a outras entidades ligadas aos movimentos sociais, o Geas passou a prestar um serviço permanente de assessoria ao movimento sindical que atendia a convocação da Contag para implementar a campanha salarial dos trabalhadores da cana no Nordeste. Na Paraíba, esse processo ganhou força com o apoio das pastorais da Igreja, pelos Centros de Defesa dos Direitos Humanos, pelo Centru e por grupos de estudantes e professores da UFPB.

Tais entidades – reunidas no âmbito da Fetag-PB (Federação de Trabalhadores

---

<sup>12</sup> Margarida Maria Alves foi assassinada em 1983, na porta de sua casa em Alagoa Grande, por capangas a mando dos usineiros e grandes proprietários da região. Sobre o assassinato de Margarida ver Novaes, R. R. (1983).



da Agricultura da Paraíba) – participaram de um fórum voltado para a organização da campanha salarial com a perspectiva de paralização total dos trabalhos no corte da cana. Cabe informar que, naquela altura, grupos de cortadores de cana das usinas da Paraíba já realizavam paralizações pontuais do trabalho para reivindicar melhores salários. Ou seja, havia ambiente propício para ampliar a participação dos trabalhadores nas campanhas salariais desencadeadas pela Contag no Nordeste.



Figura 2: Panfleto elaborado pelo CENTRU sobre os direitos dos trabalhadores canavieiros, distribuído na campanha trabalhista da Paraíba – 1983.

Nesse momento de preparação, foi bastante importante a divulgação dos resultados da pesquisa realizada pelo professor Paulo Adissi, da Engenharia de Produção da UFPB, Campus João Pessoa, que fornecia informações qualificadas sobre as distorções nas medições da metragem e do peso da cana cortada e o impacto disso nos salários dos trabalhadores. Essas distorções, quando quantificadas, causaram indignação e revolta nos trabalhadores.

Também nesse contexto, os sindicalistas da região do Brejo Paraibano demandaram ao Geas e ao Serviço de Educação Popular (Sedup), Diocese de Guarabira, a produção de um documentário para exibição e discussão com os trabalhadores nos sindicatos. O uso de imagens cinematográficas foi pensado como uma inovação pedagógica eficaz para aprofundar as discussões sobre exploração da força de trabalho e para motivar que os trabalhadores participassem na formulação de demandas para a pauta de reivindicação a ser apresentada aos usineiros da região.

O Sedup tinha os equipamentos de filmagem, a ilha de edição e um excelente profissional, na área de cinema, José Barbosa (que, anos depois, prestou concurso na Universidade e tornou-se professor da UFPB<sup>13</sup>). A Universidade não tinha equipamentos, mas podia oferecer resultados de pesquisas com as informações necessárias para a construção dos argumentos e do roteiro. As filmagens (captação das imagens e realização de entrevistas) com trabalhadores da cana foram realizadas em vários municípios do Brejo Paraibano, nos locais de trabalho e de morada. Nesse cenário foi produzido um documentário intitulado *Até Quando?* (1981) que, retratando o processo de precarização do trabalho na cana, convocava os trabalhadores a colaborar com a construção da pauta de reivindicação que seria apresentada publicamente durante a Campanha Salarial.

Esse filme foi exibido em sindicatos, igrejas e periferias das cidades onde se concentravam os trabalhadores temporários. As exibições faziam parte da programação da campanha trabalhista na Paraíba. Dessa maneira, ancorado em pesquisas acadêmicas, o documentário tornou-se um suporte fundamental em nossas atividades de extensão contribuindo para que um maior número de trabalhadores se inte-

---

<sup>13</sup> Cabe lembrar aqui outros profissionais e agentes pastorais do Sedup Guarabira que participaram de todo o processo, fizeram o Mestrado em Sociologia em Campina Grande e que, hoje, doutores, são professores universitários na Paraíba: Giuseppe Tosi, Orlandil Moreira, Maria da Conceição Cardoso.



rasse de seus direitos, preparando-se para participar da campanha.

Quando, em 1984, a Campanha Salarial foi finalmente realizada na Paraíba, a reação patronal foi violenta, mas não foi suficiente para evitar paralizações parciais do corte da cana em muitas usinas. Já em algumas usinas houve paralisação total e as chaminés deixaram de expelir fumaça, sinalizando a interrupção da moagem da cana por falta de matéria prima. Ou seja, a greve obteve sucesso<sup>14</sup>.

Por esse caminho, a extensão universitária se fez por grupos de professores, pesquisadores e estudantes da UFPB que assessoraram os sindicatos em seu trabalho de mobilização de associados. Além disto, professores também assessoraram diretamente dirigentes sindicais nas mesas de negociação com os representantes da classe patronal, realizadas sob mediação na Justiça do Trabalho. Nas negociações da pauta de reivindicação, o “respaldo científico” era incluído na argumentação dos dirigentes sindicais.

Por outro lado, também é preciso fazer notar que os representantes da classe patronal também exibiam a seu favor “dados científicos” fornecidos por seus próprios assessores, que se apresentavam como especialistas provenientes de pós-graduações nacionais e internacionais. Assistia-se assim a um confronto entre saberes acadêmicos, demonstrando como disputas entre classes e grupos sociais também podem se reproduzir no interior da universidade.

## **PARA CONCLUIR: ALGUNS APRENDIZADOS DE UMA EXPERIÊNCIA DE “EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA”**

Para melhor compreender a modalidade da extensão universitária descrita no presente artigo, é importante lembrar ainda dois eventos. Por um lado, o seminário intitulado *Realidade Nordestina* (1979) inaugurou uma significativa presença de lideranças sindicais e comunitárias no espaço universitário. Por outro lado, o evento

---

<sup>14</sup> Maria Valéria Rezende, então coordenadora do Sedup, tornou-se escritora reconhecida nacionalmente. Em um de seus primeiros livros, intitulado *Vasto Mundo*, publicado pela Editora Beca (2001), no conto *Aurora dos Prazeres* – em linguagem de ficção – faz um registro de uma das situações dessa greve de canavieiros da Paraíba.



intitulado *Encontro de Canavieiros* ilustra a presença e a colaboração de professores e alunos da Universidade em atividades que se davam no espaço sindical.

### ***Realidade Nordestina: lideranças sindicais ocupam o espaço universitário***

O objetivo era proporcionar reflexões, por meio de apresentação e discussão de trabalhos acadêmicos, sobre a realidade agrária na região e as mudanças em curso no Nordeste. Com apoio da Fundação Ford, esse encontro foi organizado pelos Programas de Pós-Graduação de Sociologia e Economia e contou com a presença de pesquisadores nacionalmente reconhecidos por seus trabalhos sobre o Brasil rural na área das Ciências Humanas<sup>15</sup>.

À primeira vista tratava-se de mais um evento realizado em moldes universitários. Entretanto, a composição dos participantes guardava uma particularidade. No público presente, ao lado de professores, e estudantes de graduação e pós-graduação estavam – em número significativo – trabalhadores rurais, dirigentes sindicais, agentes pastorais e trabalhadores ativistas na área de direitos humanos que, ativamente, participaram das discussões, complementando, concordando ou questionando o que era apresentado em cada mesa redonda ou nos grupos de trabalho.

Certamente, naquele encontro, houve divergências entre teorias e olhares diferenciados sobre a mesma realidade. Contudo, isto não impediu que pesquisadores e sindicalistas se apropriassem – cada qual à sua maneira – das informações apresentadas e dos debates em grupo. Assim sendo, no que diz respeito ao objetivo do presente artigo, vale destacar a possibilidade de a extensão funcionar como uma ponte entre a universidade e os segmentos sociais que normalmente não têm acesso a ela.

### ***Encontro de Canavieiros: a Universidade vai ao espaço sindical***

O *Encontro de Canavieiros* foi organizado pelo movimento sindical e pelo Geas, em parceria com o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), Programa Movimento Camponês, coordenado pela antropóloga Neide Esterci. Seu objetivo era refletir sobre e avaliar as Campanhas Salariais dos Canavieiros no Nordeste.

---

<sup>15</sup> Entre eles, Moacir Palmeira, Lygia Sigaud e Afranio Garcia Jr. (Museu Nacional /UFRJ); José de Souza Martins (USP), José Graziano da Silva e Nazaré Wanderley (UNICAMP).



O encontro reuniu trabalhadores e sindicalistas de regiões canavieiras de três estados do Nordeste; sindicalistas de outras regiões do país; diretores da Contag; advogados trabalhistas, representantes dos Centros de Defesa dos Direitos Humanos, agentes pastorais e representantes do Centru.

Realizado em João Pessoa (1985), esse Encontro foi marcado pela primeira aparição pública da líder camponesa Elizabeth Teixeira, depois de uma vida clandestina de longa perseguição política feita pelo regime militar, após a morte de seu marido João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas da Paraíba. Nesse encontro, Elizabeth se reencontrou com sua história e reafirmou seu compromisso com a luta de defesa à reforma agrária estabelecendo uma linha de continuidade entre o passado e o presente<sup>16</sup>.

Do ponto de vista dos estudiosos da questão agrária, o Encontro – realizado de acordo com regras próprias ao movimento sindical – se tornou um campo de pesquisa privilegiado para ampliar a compreensão sobre as demandas e os atores constituídos no bojo das transformações socioeconômicas então em curso nas regiões canavieiras do Nordeste. Do ponto de vista dos sindicatos e dos movimentos sociais, o Encontro ofereceu a oportunidade para que fosse feito, com a contribuição dos pesquisadores, um balanço das conquistas e um mapeamento dos persistentes obstáculos que tinham pela frente.

O relatório final do Encontro, publicado pelo Cedi (1985), hoje se constitui em um documento histórico útil tanto para as pesquisas acadêmicas que necessitem re-visitare o debate passado nos anos 1980, quanto para a consulta de ativistas que hoje se empenham na continuidade às lutas sociais que se iniciaram naqueles anos. Ou seja, trata-se de um documento que pode ser utilizado tanto como fonte de pesquisa quanto como subsídio do passado para orientar quem tem urgência de compreender o presente.

---

<sup>16</sup> Sobre o depoimento de Elizabeth Teixeira nesse encontro, ver Cedi (1985).





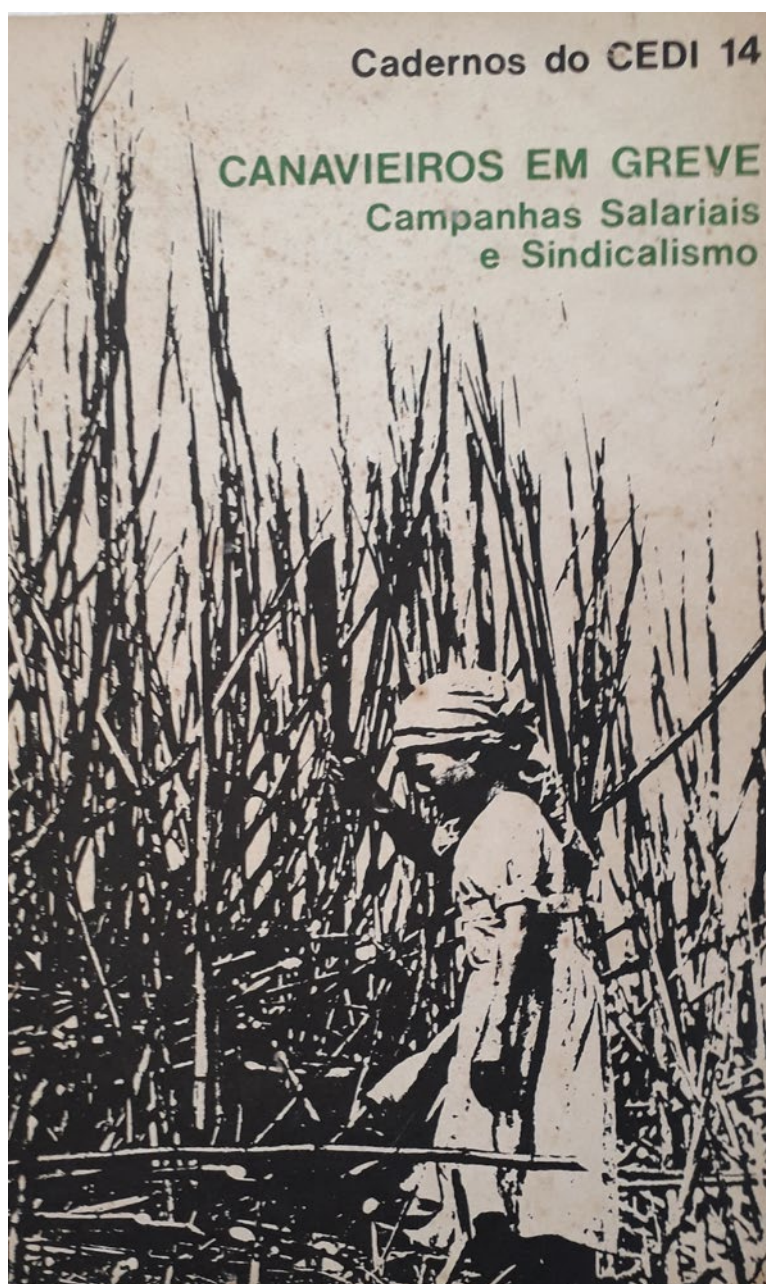


Figura 3 - Capa da Revista do CEDI.

Com efeito, o *Encontro de Canavieiros* evidencia que a modalidade de extensão universitária realizada pelo Geas também pressupõe que a academia vá aos espaços das lutas sociais. Nesse sentido, não se trata apenas de uma “devolução”. Trata-se de uma via de mão dupla que cria situações de grande potencialidade para gerar novos conhecimentos teóricos e práticos.

## Nota final: aprendizados

Nesse artigo considerei como atividades de *extensão universitária* todo um conjunto de pesquisas que se desdobraram em produção de filmes documentários e de apresentações teatrais que foram utilizados em atividades de formação e de mobilização para participação em lutas para permanência na terra, em campanhas salariais e em mesas de negociação entre representantes de patrões e trabalhadores.



Figura 4 - Jornal: O NORTE



Seminários e encontros também foram citados como expressão de uma modalidade de trabalho de extensão que envolve estudiosos e ativistas, tanto no espaço universitário quanto nos espaços sindicais. E, ainda, em todos os exemplos citados, busquei demonstrar que a extensão universitária ganha mais sentido e eficácia quando identifica e trabalha conjuntamente com outras organizações e entidades de apoio que atuam no mesmo campo.

Contudo, a descrição dessas atividades não foi feita de modo a oferecer um receituário com definições e caminhos a seguir. Ao contrário, a experiência aqui retratada deve ser vista apenas como uma modalidade, entre outras, de extensão universitária. Certamente são muitos e plurais os caminhos para ultrapassar fronteiras que separam o mundo universitário e a sociedade circundante. Mas, no âmbito do Geas, a atividade de extensão – vista como um elo entre a universidade e a realidade social – foi vista como oportunidade de produzir conhecimento sobre e com os segmentos mais vulneráveis da sociedade.

É verdade que o caminho escolhido pelo Geas foi, muitas vezes, questionado por professores da mesma UFPB que, em nome da objetividade científica, defendiam a “neutralidade da pesquisa acadêmica” e questionavam sua articulação com as demandas dos segmentos excluídos dos direitos de cidadania. Entretanto, em todo trabalho desenvolvido, para nós ficou evidente que a aproximação entre pesquisa e movimentos populares não compromete a qualidade e o rigor inerente à reflexão acadêmica, muitas vezes crítica aos próprios movimentos estudados.

Com efeito, a meu ver, do ponto de vista das ciências humanas, essa modalidade de extensão universitária trouxe novas oportunidades de explicitar divergências entre teorias e práticas – o que é positivo, pois sem problematizações e sem divergências corre-se o risco de decretar a estagnação do conhecimento. Do ponto de vista dos sindicatos e movimentos voltados para a luta pela terra e por melhores condições de trabalho, a aproximação da Universidade também foi uma forma de lograr reconhecimento e encontrar argumentos para desnaturalizar os mecanismos que justificam a falta de acesso à terra rural e urbana e a exploração da força de trabalho.

Por outro ângulo, em situações de conflitos sociais, essa modalidade de extensão na área de ciências humanas não só favorece a articulação entre formação



teórica e práxis social como também é desafiada a encontrar meios para sua disseminação entre os atores sociais envolvidos. No caso dos trabalhadores da Paraíba, por exemplo, era grande o número de analfabetos ou de pouca habilidade para leitura; de nada lhes adiantaria, portanto, os clássicos relatórios de pesquisa. Foi nesse contexto que o Geas aceitou o desafio de comunicar conhecimento acadêmico por meio de linguagens artísticas.

Naquele contexto, dramatizações e documentários cinematográficos – por conta de sua própria e peculiar exigência de integração entre o “saber acadêmico” e outros saberes presentes na sociedade – permitiram aproximações geradoras de múltiplos aprendizados acionados no processo de construção de cidadãos em condições de reivindicar seus direitos.

Em resumo, podemos dizer que, aglutinando ações que se faziam de maneira individualizada e difusa naquele campus da Universidade, a experiência do Geas contribuiu para a construção de pontes entre saberes socialmente separados. Isso porque em nossas atividades de extensão universitária, buscando levar os achados da pesquisa para um público que está distante da linguagem da academia, usamos linguagens artísticas que (por envolverem imagens e histórias de vida) incorporaram saberes e fazeres de homens e mulheres que protagonizavam as situações de conflito.

Essa foi nossa aposta na UFPB, campus de Campina Grande. No interior da Universidade, tal modalidade de extensão contribuiu para formar alguns profissionais/cidadãos que, com capacidade de desenvolver o pensamento crítico, hoje atuam em espaços de pesquisa e mobilização. Ao mesmo tempo, foi a riqueza dessa experiência que, posteriormente, inspirou o *Projeto Trabalho e Educação através de Imagens*, que desenvolvi junto ao Departamento de Economia da UFRJ.

Nos anos 2000, em atividades de extensão, pude perceber que tanto os vídeos-documentários produzidos no âmbito da UFPB quanto outros produzidos posteriormente na UFRJ continuam sendo eficazes suportes para promover, entre trabalhadores brasileiros, reflexões críticas e tomadas de posição sobre a não-efetivação de direitos.

Na verdade, vídeos-documentários que misturam *informações de pesquisas*



*acadêmicas, imagens da realidade e depoimentos de personagens locais* podem ser vistos como um resultado palpável da chamada “troca de saberes”. A meu ver, na área de ciências humanas, a mistura desses três ingredientes é indispensável para a realização de uma modalidade de extensão universitária que aposta na comunicação entre diferentes setores da sociedade como terreno de ampliação da participação social em moldes democráticos – o que, sem dúvida, reafirma a vocação e a importância das universidades públicas no Brasil.



## REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco. **Fatores de Crescimento das Cidades do Sertão da Paraíba**. 1978. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). COPPE, UFRJ, Rio de Janeiro.
- ASSUMPÇÃO, Maria Rita. **Desenvolvimento do Polo de Comércio de Algodão na Paraíba**. 1979. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistema e Computação) – COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro.
- BARROS, J. O. P. O desenvolvimento no Semi-Árido do Nordeste. **Revista Arius**, Campina Grande, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. Editora Brasiliense, 1982.
- CANTALICE, Dulce. Penetração do Capitalismo no Campo - Um estudo de caso: Alagamar. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 65, 1980.
- CEDI. Canavieiros em Greve: Campanhas Salariais e Sindicalismo. **Cadernos do CEDI** São Paulo, n. 14, dez. 1985.
- GARCIA Jr, Afrânio Raul. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A respeito de movimentos sociais - rápida incursão sobre problemas teóricos na produção brasileira. In: MACHADO DA SILVA, L.A. et al. (Org.). **Movimentos Sociais, para além da dicotomia Rural Urbano**. Recife, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, 1985.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**, Ed Vozes, 1981.
- NOVAES, José Roberto. O Algodão no Sertão Paraibano. **Cadernos de Mão de Obra Volante**. IV Encontro Nacional, Botucatu, SP, 1978.
- NOVAES, José Roberto. Cooperativismo: Acumulação de Capital e Mudança Social. In: LOUREIRO, Maria Rita (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**, Editora Cortez, SP, 1980.
- NOVAES, José Roberto. Margarida Maria Alves, Uma Líder Sindical. **Revista da ABRA**, Campinas, 1983.
- NOVAES, José Roberto. Campanha Salarial e Sindicalismo. **Caderno CEDI**, n. 14, Rio de Janeiro, 1985.
- NOVAES, José Roberto. Campanha salarial dos Canavieiros no Nordeste: Velhos e Novos Desafios. **Revista Proposta**, n. 42, FASE, Rio de Janeiro, 1989.
- NOVAES, Regina Reyes. “Fala Margarida”, **Revista Tempo e Presença**. Rio de Janeiro, n. 186, 1983.
- NOVAES, Regina Reyes. **De Corpo e Alma**. Catolicismo, classe sociais e conflito no Campo. Grafia Editorial: Rio de Janeiro, 1987.
- POTENGY, Gisélia. Modernização e Cotidiano: memórias campinenses. **Vivência**, n. 32, p. 11-21. Dossiê Subjetividade e Práticas Institucionais (org: Magda Dormenstein). Editora UFRN, 2007.
- REZENDE, Maria Valéria. **Vasto Mundo**. São Paulo: Editora Beca, 2001.



## FILMOGRAFIA

O QUE eu conto do Sertão é isso. Direção: José Roberto Novaes et al. Produção: Universidade Federal da Paraíba, Campus de Campina Grande, 1978. 16mm. Disponível em: <<https://youtu.be/M2L3iUeWoLA>>. Acesso: 22 jan. 2020.

CAMPO de Batalha. Direção: Ainda Marques, José Roberto Novaes. Produção: Centro Ecumênico de Documentação e Informação e UFPB, Campus de Campina Grande. 1982.

ATÉ Quando? Direção: José Barbosa et al. Produção: Serviço de Educação Popular – SEDUP – Guarabira – PB.1981/82.

Recebido em: 07/02/2019  
Aceito para publicação em: 26/10/2019

